



P. A.

"Pássaro de onde é morte"

Miguel A.



Emir Sader<sup>1</sup>

## Crise hegemônica na América Latina<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo pretende discutir a conjuntura latino-americana a partir da análise do atual momento como expressão significativa da possibilidade de construção de um projeto pós-neoliberal. Tem-se como pressuposto que vivenciamos, na contemporaneidade, fortes indícios de uma crise hegemônica no continente, embora a esquerda, como se apresenta até aqui, na América Latina, revela não dispor ainda de projeto alternativo ao modelo neoliberal ou não tem força para colocá-lo em prática.

**Palavras-Chave:** Crise hegemônica, América Latina, Neoliberalismo

**Abstract:** The article intends to discuss the Latin American conjuncture from the analysis of the current moment as a significant expression of the possible construction of a post-neo periphery countries liberal project. We have as estimated that we live indeed now a days, strong indications of a hegemonic crisis in the continent, though the left – as it is presented until now in Latin America – shows that it doesn't have yet an alternative project to the neo liberal model or shows that it doesn't have the strength to make it happen.

**Key-Words:** Hegemonic Crisis, Latin America, Neo liberalism

Antes do século XXI, pouco ou quase nada da América Latina tinha importância no mundo. Somente no começo do século passado, alguns grandes acontecimentos fizeram o mundo “descobrir” a região e ela a si mesma. Quase todos os caminhos dessa descoberta foram resultados de intensos conflitos sociais protagonizados pelas classes e camadas subalternas. O primeiro deles foi o massacre da Escola Santa Maria de Iquique, no norte do Chile, no ano de 1907, em que milhares de trabalhadores mineiros em greve foram fuzilados

<sup>1</sup> Prof. adjunto da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Coordenador do Laboratório de Políticas Públicas da UERJ.

<sup>2</sup> Artigo traduzido do original: “Crisis Hegemônica em América Latina”, por Silene de Moraes Freire, Profª. adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e coordenadora do Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC), do Centro de Ciências Sociais dessa instituição.

diretamente do navio em que estavam os “negociadores” do governo chileno.

Não muito tempo depois, o México também demonstrava que a América Latina não poderia ser ignorada no plano internacional. Foi nesse país que explodiu a maior revolução social do continente até então – a revolução mexicana, de Zapata e Pancho Villa, revolução que “deu a pauta dos movimentos populares durante meio século na América Latina, seu caráter nacionalista, agrário e antiimperialista. Ainda na segunda década do século, em Córdoba, na Argentina, surgiu a primeira reforma universitária, um movimento que colocava o tema da democratização da educação e da incorporação do movimento estudantil às mobilizações sociais que viriam a se generalizar nas décadas seguintes” (Sader, *ibidem*).

As mudanças estruturais provocadas pela industrialização da região indicavam que o novo século seria de revoluções e contra-revoluções. Foi o século em que países do continente protagonizaram um dos mais importantes movimentos históricos dentro do capitalismo – a industrialização de países da periferia, rompendo a dicotomia que identificava países ricos com o desenvolvimento industrial e esses com economias agrárias. Foi também o “período do surgimento de projetos nacionais, de economias voltadas para o mercado interno, da construção de lideranças e de partidos populares com ideologias de raízes nacionais. Também de movimentos revolucionários na esteira da revolução mexicana, como a salvadorenha de Farabundo Martí, a nicaraguense de Augusto Cesar Sandino, a boliviana de 1952, até que eclodiu a mais importante de todas – a revolução cubana, de Fidel Castro e Che Guevara, no ano de 1959” (Sader, *ibidem*).

As ditaduras dos países do Cone Sul também marcaram a história da América Latina, completando essa grande aventura no século XX, que desembocou na virada liberal das duas últimas décadas do século e desta entrada do novo século. A América Latina foi o laboratório privilegiado das experiências neoliberais no mundo. Nunca um modelo se generalizou tanto e fracassou tão estrepitosamente na história do continente como o modelo neoliberal. Os resultados são fáceis de se encontrar se analisarmos os indicadores econômicos e sociais.

Esse processo decadente se estende a vários outros planos, como o da penetração cultural norte-americana, como nunca havia antes existido, e a correlata perda de referência nas tradições culturais autóctones; na mercantilização da vida e da mentalidade de amplos estratos da população; no enfraquecimento dos projetos com raiz nos países e na realidade continental; no agravamento da violência cotidiana; na desestruturação social e comunitária; no empobrecimento da educação e da saúde públicas; nas crises generalizadas; e na extensão do desalento e da baixa auto-estima. Diante de todas essas questões, devemos nos perguntar se a América Latina nascida para o mundo no século XX está morrendo para o mesmo nesse início de século. Frente a esta indagação, cabe registrar que hoje a América Latina tem demonstrado que atravessa um momento particularmente relevante e ainda não suficientemente aclarado, revelador de uma vitalidade capaz de surpreender as análises mais pessimistas sobre os destinos do continente neste século XXI. É justamente nessa região eivada de contradições, repleta de perversos indicadores sociais, econômicos e culturais que assistimos aos sintomas mais nítidos de uma crise hegemônica.

Conforme mencionamos anteriormente, após ter sido o continente onde nasceu o neoliberalismo – no Chile, com Pinochet, e na Bolívia, com Paz Estensoro – e de ver se generalizar esse modelo por praticamente todo o continente – incorporado por forças nacionalistas e socialdemocratas, produzindo uma *pax neoliberal*, o continente tem se transformado, em poucos anos, na região de maior resistência ao neoliberalismo no mundo. Se, em seu primeiro mandato, o ex-presidente Clinton sequer cruzou a fronteira para visitar o México, inclusive no momento da assinatura do TLC, agora, quando chega ao continente o presidente Bush, quase não tem quem o receba. Cada país é um foco de problemas para os EUA, ao mesmo tempo em que se multiplicam os governos que se movimentam - de uma maneira ou de outra – fora da subordinação a Washington.

A característica deste período é a instabilidade, a dificuldade de consolidação, seja de governos neoliberais, seja de alternativas. É como se o velho insistisse em sobreviver, renovando (ou ressuscitando) o que deveria ser o novo, enquanto o novo tem dificuldades para nascer. É como se os de cima não pudessem seguir governando como antes, os de baixo não querem continuar sendo governados como antes, mas ainda não tem a capacidade de construir as próprias alternativas. É uma crise de direção política, porém, muito mais que isso, é uma crise hegemônica, em que o modelo de acumulação dominante não consegue criar as bases de sua consolidação, enquanto as alternativas não conseguem ainda solidificar as próprias bases de apoio.

É nesse sentido que falamos de uma crise hegemônica que afeta o conjunto das sociedades latino-americanas. Esta é o fundamento último da instabilidade, que tem gerado governos e deposto governos – em países como Equador, Bolívia, Argentina, por exemplo – em prazos tão curtos. Os exemplos de governos como os da Venezuela e da Bolívia têm muito a ensinar, sobre os caminhos e suas mesmas dificuldades.

## I.

Com os governos de Lula no Brasil e Tabaré Vazquez no Uruguai, a crise hegemônica que afeta as sociedades latino-americanas desde o esgotamento do modelo neoliberal atinge em cheio a esquerda; governos eleitos no marco da oposição às políticas neoliberais, que haviam ocupado historicamente o espaço da esquerda em seus países, triunfam, derrotam os partidos que tinham posto em prática políticas neoliberais, porém não fogem do modelo dessas políticas. Embora com suas particularidades, devemos dizer que, apesar de audazes iniciativas – como a reestruturação de suas dívidas externas e a resistência à tentativa de aumento no preço da gasolina, o governo argentino de Néstor Kirchner tampouco implementa uma política econômica distinta, essencialmente do modelo neoliberal.

Porém, fazem parte também desta crise os becos sem saída dos projetos de substituição de forças políticas por movimentos sociais. O Equador é o melhor exemplo de um país no qual os movimentos sociais derrubam governos com políticas antipopulares, chegam às portas do palácio presidencial, delegam o governo, mais de uma vez, a outros, sentem-se traídos e retornam à oposição. Os problemas de divisão no movimento indígena revelam problemas estabelecidos entre incluir a

via institucional, articulando movimentos sociais com forças políticas ou buscando alternativas antiinstitucionais. A mesma reconversão dos zapatistas a uma linha de ação que vincula diretamente a emancipação dos povos indígenas de Chiapas à emancipação de todo o povo mexicano, o qual significa também o reconhecimento da necessidade de uma ação política nacional – de nova ordem, mas, afinal, um reconhecimento da necessidade de construção de um modelo hegemônico alternativo de poder de caráter nacional. É mais uma tentativa de ocupar o vazio produzido pela crise hegemônica no continente.

O projeto hegemônico no capitalismo contemporâneo é o neoliberal. A esquerda se renovou para a resistência e a luta contra o neoliberalismo, ao ponto que ser de esquerda nestas décadas é, antes de tudo, ser antineoliberal (além de ser antiimperialista). As diferentes matizes dentro da esquerda apontam para a identificação do antineoliberalismo com o anticapitalismo e com outras formas de pós-neoliberalismo. Porém, tem em comum o marco do antineoliberalismo. Não por acaso o Fórum Social Mundial, reagrupando forças tão amplas e diferenciadas, possui o antineoliberalismo como seu elemento unificador.

O neoliberalismo promoveu a hegemonia do capital financeiro, em sua forma especulativa, praticamente em todas as sociedades latino-americanas. Desenvolveu-se um processo de financeirização de nossos países, que se estendeu praticamente por todos os poros de nossas sociedades, incluindo o Estado. Debilitou-se a capacidade de financiamento e de controle por parte do Estado, multiplicaram-se o desemprego e as distintas formas de precarização das relações trabalhistas - todas formas de superexploração do trabalho.

Produziram-se transformações radicais na relação de forças entre as classes sociais, em favor do grande capital – em particular do grande capital internacionalizado do capital financeiro – e contra o mundo do trabalho. A direita renovou seus valores, seus projetos, suas formas de ação, impondo uma hegemonia como nunca antes atingida.

O capital financeiro não cria as bases sociais de apoio suficientes para a sua legitimação no poder. Não gera empregos; ao contrário, elimina empregos. Não distribui renda; ao contrário, intensifica a concentração de renda. Não amplia os direitos sociais; ao contrário, os debilita. A financeirização faz vítimas os pequenos e médios empresários. As bases materiais do seu processo de reprodução permitem, no máximo, arrastar setores do grande capital voltado para a exportação e para a alta esfera do consumo.

Como esse modelo busca sua base de apoio? Em primeiro lugar, pelo apoio articulado do grande capital, que participa total ou parcialmente do processo de acumulação financeira. Da consolidação de camadas privilegiadas entre os estratos medianos, agregados ao grande capital internacionalizado, em diferentes níveis. Em terceiro lugar, pelas enormes dificuldades que produz para a organização dos setores sociais, atomizados e com grandes dificuldades de se tornar força social e política. Além desse aspecto, também conta com a ditadura ideológica dos grandes monopólios privados da mídia – com a televisão desempenhando um papel determinante.

Existe, assim, um triplo apoio: das camadas privilegiadas economicamente; que, por sua vez, dispõem da ideologia propagada pela grande mídia monopolística,

contando ainda com a fragmentação, especialmente dos setores vinculados ao mundo do trabalho. Trata-se assim de uma hegemonia que tem nos mecanismos de fragmentação social e nos mecanismos ideológicos seus pontos essenciais de apoio.

Em seu ciclo de implementação, o modelo teve êxitos econômicos imediatos, depois da iniciativa com seus planos de contra-reformas, valendo-se da desregulação econômica, para transferir a inflação para o imenso déficit público que, ao levar os Estados latino-americanos à quebra, por sua vez reforça sua dependência dos organismos financeiros internacionais.

Seus eixos de apoio são a estabilidade monetária conseguida, depois de processos inflacionários descontrolados; a base do bloco dominante, tanto o grande empresariado quanto os organismos financeiros e comerciais internacionais, assim como o apoio ativo e decisivo da grande mídia privada. Contam também com a cooptação de setores – majoritários – da esquerda tradicional – como mencionamos abaixo; assim como com a fragmentação social das classes populares, com o desemprego, o subemprego e a precarização generalizada das relações de trabalho.

Sem dúvida, apesar do clima eufórico com que contou – especialmente em meados da década de 1990, valendo-se também do fim do campo socialista e do novo ciclo curto de expansão da economia norte-americana, com as ilusões de que se gerava uma nova “economia” –, a seqüência de crises levou ao esgotamento do modelo. Em primeiro lugar, a crise mexicana de 1994, seguida pela brasileira de 1999 e pela argentina de 2001. As três principais economias do continente desembocaram em crises de aplicação do novo modelo, depois de o México ter sido elevado a “caso exemplar” pelos organismos internacionais e de a Argentina ter se voltado ao modelo mais ortodoxamente neoliberal do continente.

Vários governos – mais de dez – foram substituídos nos últimos anos na América Latina e no Caribe – em diferentes países como Argentina, Equador, Bolívia, Peru –, como efeito do esgotamento do modelo neoliberal. Por outro lado, governos que prometeram sair do modelo decepcionam mantendo-os. Ambos perdem legitimidade, sofrem grande pressão sob as mobilizações dos movimentos sociais, até que terminam renunciando.

Essas crises levaram ao esgotamento do modelo, que contava com bases sociais relativamente restringidas, porque a hegemonia do capital financeiro não produz bases sociais suficientemente amplas para basear nelas sua legitimidade. Pelo contrário, modelos centrados na especulação financeira, na exportação e no consumo das altas esferas de mercado não requerem distribuição de renda, ampliação da capacidade de consumo das camadas populares, nem sequer de todos os setores das camadas intermediárias.

Gera-se, assim, uma crise de hegemonia na América Latina, uma disputa entre o velho e o novo, entre um modelo esgotado, que persiste em sobreviver, em um mundo novo, que não encontra ainda formas de existência para substituí-lo. É por isso que a América Latina tem se tornado a região mais instável do mundo em termos econômicos, sociais e políticos, com a queda de mais de dez governos nos últimos anos, nenhum por conseqüência de golpes militares, todos por perda de legitimidade social, questionados pelos movimentos populares, dentro das legalidades existentes.

## II.

A esquerda tradicional da América Latina se dividiu no tocante aos projetos neoliberais. Inicialmente, quando a proposta estava nas mãos da direita – e da extrema-direita, no caso de Pinochet –, a esquerda em seu conjunto se pronunciava contra o modelo. Porém, a partir do momento em que a social-democracia europeia – por intermédio dos partidos socialistas da França e Espanha –, assumiu o modelo, como que afirmando o caráter universal do Consenso de Washington, a esquerda latino-americana, especialmente em suas versões nacionalistas e social-democrata, aderiu ao modelo.

Foi um processo que teve na adesão de Carlos Menem, de Carlos Andrés Pérez e de Salinas de Gortari seu ponto de partida. Os socialistas chilenos, por sua vez, aliados aos democrata-cristãos, sucedendo a Pinochet no governo, mantiveram o modelo herdado. A adesão do governo Fernando Henrique Cardoso, no Brasil, complementou esse processo. Assim, quase todos os partidos de espectro político se associaram a esse consenso neoliberal.

Mas foi a vitória de Lula no Brasil e de Tabaré Vazquez no Uruguai, que terminou encerrando o ciclo de adesões, agora por parte de duas forças que protagonizaram a resistência ao modelo neoliberal nas décadas anteriores. Com eles, a América Latina permaneceu como a região no mundo em que mais se tem generalizado a aplicação do modelo neoliberal. Com poucas exceções – como os casos de Cuba e Venezuela –, pode-se dizer que o modelo se estendeu ao longo de todo o continente, fazendo da América Latina o laboratório de experiências neoliberais, no início, e posteriormente uma região privilegiada de aplicação do modelo.

A esquerda, como se apresenta até aqui na América Latina, revela assim não dispor ainda de um projeto alternativo ao modelo neoliberal ou não tem força para colocá-lo em prática. As exceções vêm de governos *sui generis* - o de Cuba e o da Venezuela, agora o da Bolívia, com suas particularidades. O governo cubano é resultado de um processo revolucionário, que destruiu as bases do capitalismo e da dominação imperial no país. O governo bolivariano da Venezuela se apóia sobre dois fatores particulares – os recursos petrolíferos e o apoio das FFAA. Assim mesmo, na Venezuela não se chegou a construir um modelo neoliberal – apesar das tentativas, frustradas, dos governos de Carlos Andrés Pérez e Rafael Caldera. O governo boliviano de Evo Morales foi o primeiro que herdou uma sociedade penetrada profundamente pelo modelo neoliberal e que se propôs explicitamente à superação desse modelo.

Para dar conta dos problemas enfrentados pela esquerda no período histórico dominado pela hegemonia imperial estadunidense e pelo modelo neoliberal, deve-se mencionar o que a luta da esquerda possui no enfrentamento dessa hegemonia. Ela se combina com o neoliberalismo, para configurar os três eixos de poder dominante no mundo de hoje – o poder do dinheiro, o poder das armas e o poder da mídia. Um projeto hegemônico alternativo tem de dar conta desses três eixos. Pode-se dizer que o governo brasileiro dá conta do segundo deles, com sua política externa – embora com problemas, em que a posição relacionada ao Haiti é a mais grave.

Sem entrar na análise da possibilidade de reprodução desses modelos em outros países da América Latina, busquemos as razões pelas quais as vertentes tradicionais da esquerda do continente se encontram na situação apontada. E que perspectivas se apresentam para a luta antineoliberal da esquerda latino-americana.

### III.

A conversão de forças nacionalistas e socialdemocratas ao neoliberalismo, assim como os impasses enfrentados presentemente pelos governos do PT e da Frente Ampla, revelam um fenômeno muito mais amplo, para ser diagnosticado como “traição” ou algum outro enfoque mais ou menos similar. Deve-se encarar este recente capítulo da história da esquerda latino-americana como marco das profundas mudanças na relação de forças que ocorreram no mundo nas últimas décadas.

Não se trata de quaisquer mudanças. Foi, em primeiro lugar, o fechamento do período histórico aberto com o final da Segunda Guerra Mundial, de equilíbrio de forças entre os campos capitalista e socialista. É necessário considerar, antes de tudo, que os avanços antiimperialistas e anticapitalistas das décadas anteriores se apoiavam – e, ao mesmo tempo, se reforçavam – nessa polarização, em um período que reverteu a situação defensiva em que se encontravam as forças de esquerda. Estas, depois de esgotado o impulso do triunfo bolchevique, com a estabilidade política restaurada na Europa e o isolamento correspondente da URSS, foram seguidas do ascenso dos fascismos na Europa e do passo da esquerda para a defensiva – explicitada na linha das frentes populares antifascistas.

A derrota dos países do eixo na Segunda Guerra, a constituição do campo socialista na Europa oriental, o triunfo da revolução chinesa e o processo de descolonização da Ásia e da África produzirão um novo campo de enfrentamentos – com a oposição dos campos socialista e capitalista – e uma nova relação de forças, com o equilíbrio entre as das grandes forças. A constituição do campo do “terceiro mundo” contribuía, assim mesmo, para uma perspectiva futura favorável à luta antiimperialista e anticapitalista.

Esse período histórico, com uma determinada constituição de relação de forças entre elas, foi encerrado bruscamente com a autodissolução do campo socialista e de todos os seus efeitos políticos e ideológicos. De imediato, representou a introdução de um mundo unipolar, sob o forte impacto de uma nova ofensiva política, ideológica e militar dos Estados Unidos.

Entre as suas conseqüências mais imediatas – conseqüências também do passo do capitalismo de seu modelo keynesiano ao neoliberal – no plano político, estão o enfraquecimento dos partidos comunistas, a adesão dos partidos socialdemocratas a modelos neoliberais, com a ruptura da unidade da esquerda, e ainda do enfraquecimento dos Estados e sua capacidade de promover tanto políticas de desenvolvimento quanto a extensão dos direitos sociais da massa da população.

A esses fatores, tem de se agregar o triunfo do liberalismo, no plano internacional, com conseqüências diretas dentro de cada país, inclusive sobre o perfil ideológico da mesma esquerda. No embate entre o campo capitalista e o socialista, havia dois diagnósticos sobre a contradição fundamental no plano mundial. Para o campo socialista, a contradição se dava entre o socialismo e o

capitalismo. Para o campo capitalista, tratava-se da oposição entre democracia e totalitarismo.

O triunfo do bloco capitalista representou também o triunfo de sua interpretação, estendida em direção à visão de acordo com a qual o século XX representou a luta entre a democracia e o totalitarismo – este representado, inicialmente, pelo nazismo e pelo fascismo, subseqüentemente pelo comunismo (tendo o nacionalismo e o Islamismo como variante). Triunfa igualmente a identificação entre democracia e liberalismo, fundamental para a sua hegemonia política e ideológica.

Outro aspecto da hegemonia ideológica neoliberal está dado pela assimilação do fracasso do modelo soviético com a crise fiscal do Estado, valendo-se de ambos para desqualificar o Estado. Para os seus ideólogos mais recalcitrantes, a ela se contrapõe a valorização do mercado – embora, sob a polarização que impõem, entre estatal e privado, busquem esconder o mercado e apropriar-se da categoria privado, com ambigüidade de privatização e de esfera privada. Para uma interpretação que se pretende libertária, busca-se contrapor a sociedade civil ao Estado. São duas interpretações que não são incompatíveis, às que remetem a duas vertentes com suas particularidades. Uma, diretamente ao mercado, à mercantilização, às forças que predominam no mercado; a outra, às ONGS, ao “terceiro setor” etc.

Pensado em um marco histórico mais amplo, encerrou-se o período histórico aberto com a revolução bolchevique de 1917, em que o socialismo passou a estar na ordem do dia da história. Deixava de ser uma alternativa teórica, para ser uma alternativa política concreta. Forças de distintas partes do mundo passarão a apresentar como seu objetivo estratégico a luta anticapitalista e socialista, nos termos das posições marxistas.

O socialismo deixou de ser apresentado como objetivo imediato pelas forças de esquerda no mundo, que passaram a ter como meta imediata a resistência.

A esquerda latino-americana não permaneceu alheia a essa influência. Incorporou a identificação de democracia com democracia liberal. Aceitou a crise fiscal do Estado como sinal do esgotamento definitivo do Estado como agente político, econômico e social, passando a valorizar, em contraposição à sociedade civil – com todas as suas outras conotações: cidadania, consumidor, redes etc. Esta visão é contemporânea à aceitação da tese da perda de centralidade do trabalho, com a substituição das interpretações centradas nas contradições de classe pelas teorias de exclusão social – de corte claramente funcionalista.

A novidade representada pelos governos de Lula e de Tabaré Vazques dá um passo novo – e definidor – na incorporação do liberalismo por parte das forças de esquerda – de políticas econômicas de caráter liberal. O governo brasileiro inicialmente manteve a política herdada de Cardoso, como uma forma de neutralizar a possibilidade de uma desestabilização econômica na transição ao novo governo, mas rapidamente essa política passou a ser adotada como permanente, inclusive com um ajuste fiscal mais duro que no governo anterior. O governo de Tabaré, havendo escolhido um economista conservador da Frente Amplia – Danilo Astori, incorporou o modelo herdado, que privilegia o ajuste fiscal e a estabilidade monetária sobre as metas sociais.

Considera-se que o principal efeito concreto das políticas neoliberais é a retração dos direitos sociais da grande maioria da população, políticas econômicas que se chocam com a possibilidade de promoção da prioridade de metas sociais. Isso que significa não somente não sair do modelo econômico neoliberal, como restringir as políticas sociais a políticas focalizadas, emergenciais, em lugar de políticas de universalização dos direitos.

#### IV.

Depois de se dividir frente ao neoliberalismo, com algumas de suas forças pondo em prática essas políticas, enquanto outras resistiam desde a oposição, fica claro, quando algumas dessas forças chegam ao governo – como são os casos do Brasil e Uruguai – e reproduzem o modelo econômico, eixo das políticas neoliberais, que a esquerda latino-americana se encontra em uma profunda crise. Uma crise de identidade ideológica, de projeto político, mas também de bases sociais de identificação.

Identidade ideológica, porque os partidos de esquerda que assumiram governos não romperam nem com os modelos neoliberais, tampouco com seus valores. Não demonstraram firmeza ideológica para pôr em prática políticas com valores distintos e que discordem dos que norteiam o ideário neoliberal. A influência liberal contribuiu seguramente para o enfraquecimento das forças de esquerda, ao fazê-las abandonar posições anticapitalistas, assim como para as referências ao mundo do trabalho, as contradições de classe, o processo de acumulação de capital, as alianças sociais. Assim como foram influenciados pela tese sobre a crise irreversível do Estado e da necessidade de ajuste fiscal para sanar a moeda, como condição preliminar para a retomada de um suposto “crescimento sustentável”.

Ao não questionar o tipo de Estado pela sua financeirização no plano econômico, pelo enfraquecimento de sua capacidade de decisão pela abertura e pela desregulação econômica, pelo poder de geração dos consensos ideológicos nas mãos da grande mídia privada. Aceitou-se o diagnóstico neoliberal sobre a crise fiscal do Estado, com as necessárias conseqüências, que terminam priorizando o ajuste fiscal e as medidas de estabilização monetária. Se abandona a centralidade da reforma tributária com forte conteúdo redistributivo, para financiar as políticas públicas. Porque a prioridade de metas monetárias implica o abandono de políticas monetárias como alavanca de desenvolvimento e da redistribuição de renda. Os déficits públicos apontam então, como alternativa, os investimentos internacionais, com os condicionamentos respectivos, além de um caminho do qual não se pode sair.

Particularmente ausentes são as idéias-forças da esquerda de universalização dos direitos sociais e a reforma democrática do Estado centrada na esfera pública. Se o neoliberalismo busca impor a polarização entre as categorias de estatal e privado, a esquerda tem de reimpôr os termos reais de enfoque da realidade social: público *versus* mercantil. Este é o esquema que identifica o movimento pós-neoliberal.

As forças tradicionais da esquerda não se mostraram, até aqui, capazes de sair desse modelo, sem o qual nenhum dos grandes problemas do continente – que

só têm aumentado sob a aplicação das políticas neoliberais – podem ser resolvido ou sequer minorados. Quando apresentamos a definição do campo da esquerda no período histórico contemporâneo como o de todas as forças antineoliberais – refletindo não só o novo modelo hegemônico capitalista, mas também o retrocesso que significou para a esquerda o passo do período anterior a este –, definimos o limite inarredável para a definição da esquerda: o antineoliberalismo. Ao não romper com esse modelo, governos e partidos originários da esquerda desertam o campo da esquerda, induzem a influência liberal – no plano político, econômico e ideológico – no seio da esquerda, reafirmando a hegemonia neoliberal, em vez de questioná-la e lutar por sua superação.

O que podemos denominar como crise hegemônica na esquerda latino-americana – que, talvez, se estenda a outras regiões do mundo –, se caracteriza por algumas características centrais:

- a) a ausência praticamente de forças políticas em condição de dirigir a construção de um projeto e um bloco de forças pós-neoliberais;
- b) o enfraquecimento das bases sociais tradicionais da esquerda – movimento sindical, trabalhadores do setor público, intelectualidade da esfera pública –, combinado ao processo de fragmentação e atomização do mundo do trabalho;
- c) a hegemonia das idéias liberais no campo da esquerda, expressadas pela identificação mecânica de democracia com democracia liberal, na ausência de questionamento anticapitalista, na aceitação de modelos econômicos de caráter mercantil, na substituição de políticas universalizantes por políticas focalizadas e emergenciais, a retração do Estado como consequência da prioridade de políticas de ajuste fiscal.

A construção de um projeto hegemônico pós-neoliberal requer, antes de tudo, uma análise das transformações acontecidas nas décadas de aplicação de políticas neoliberais.

- a) Este tem, antes de tudo, de descobrir a nova geografia da força de trabalho, com sua nova morfologia, especialmente em todo o universo dos que sobrevivem nos multiplicados espaços informais da sociedade. Sem isso, o tema do trabalho – que segue sendo estratégico – permanecerá reduzido às dimensões da força de trabalho formal e dos sindicatos. Sem essa reconstituição não se superará o isolamento da esquerda, de suas forças políticas e movimentos sociais, com respeito às novas gerações de juventudes pobres.
- b) Tem, assim mesmo, de definir a natureza do período histórico com clareza – de hegemonia neoliberal –, com todos os seus elementos de força e de debilidade. Para o qual necessita compreender a capacidade hegemônica maior do neoliberalismo, que reside na sua capacidade de influência ideológica, a partir do chamado *american way of life*, que disputa a mente de pessoas de praticamente todos os países do mundo, de todas as idades, gêneros e etnias.

c) Teria, além do mais, de construir a força social, política, ideológica e organizativa para poder construir essa alternativa pós-neoliberal.

A listagem de requerimentos poderia alongar-se demais. Para poder resumi-los, diríamos que dois princípios fundamentais têm de nortear a ação de uma força de esquerda hoje: o de que, “sem teoria revolucionária, não há prática revolucionária” e o de que, “nas sociedades de classe, a ideologia dominante é a ideologia das classes dominantes”.

São princípios, porque estão profundamente ancorados na realidade e, embora às vezes se queira esquecê-los, reaparecem à nossa frente como constitutivos da luta contra as sociedades capitalistas, como vetores incontornáveis de qualquer prática social que se pretenda de transformação da realidade. O primeiro remete à idéia de que a prática é implacável frente aos erros teóricos ou à sua falta de elaboração teórica. Pois que, sem decifrar os nós que articulam a realidade concreta, não é possível transformar a teoria em instrumento de transformação. Ainda mais com fortes pressões institucionais e da mídia, via hegemonia do ideário liberal, a ausência de formulações teóricas que ancorem as propostas programáticas, estratégicas e táticas condena inevitavelmente as forças de esquerda à cooptação frente a essas pressões.

O segundo representa a necessidade de construir projetos alternativos, para não facilitar uma tendência que hoje é dominante: a adaptação às políticas existentes, à institucionalidade existente, aos consensos fabricados pela grande mídia privada. Representa o reconhecimento da força da hegemonia liberal, tanto a nível econômico e político quanto social, como instrumento de disseminação dos valores da forma de viver estadunidense, que penetra praticamente em todos os setores da sociedade.

No essencial, trata-se de reconhecer a dimensão da tarefa pela frente: a de elaborar um projeto pós-neoliberal e construir a força – social, política, cultural e moral – capaz de torná-lo realidade.

## BIBLIOGRAFIA

SADER, Emir e Gentili. *Pós-Neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SADER, Emir. *A vingança da história*. São Paulo: Boitempo, 2003.

SOARES, Laura Tavares. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2001.